

Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar.

CARLOS LINHARES DE ALBUQUERQUE* E EDUARDO PAES MACHADO**

Introdução



Este artigo aprofunda um instigante fenômeno analisado numa pesquisa de maior proporção, relacionado com a formação de oficiais da Polícia Militar da Bahia¹ (Linhares, 1999). Trata-se do treinamento militar ministrado a jovens aspirantes dessa polícia.

A manutenção desse treinamento, no interior de um novo programa de formação de oficiais, expressa os conflitos internos da polícia militar brasileira que, pressionada a diluir seu caráter militar, incorpora novas exigências democráticas, mas ao mesmo tempo resiste a perder seus vínculos profundos com o militarismo. Se as intenções democratizantes se manifestam, entre outros aspectos, neste novo programa de ensino da Academia da Polícia Militar, a fidelidade aos valores militares passa pelo cultivo de ritos contrários a essas intenções.

Com efeito, a polícia militar oferece a quem observa sua cultura um impressionante caldo de ritos de passagem (Van Gennep, 1978; Rivière, 1996), celebrados no ambiente organizacional. Os ritos se fazem presentes na caminhada do aspirante, ao longo dos intensos anos de preparo: ritos de ingresso (trote acadêmico), ritos de nivelamento (corte de cabelo e uniformização da indumentária) e ritos de formatu-

* Mestre em Ciências Sociais

** Pós-Doutor em Saúde dos Ambientes de Trabalho

1A Polícia Militar da Bahia possui um efetivo de 29.000 policiais em todo o Estado, sendo que quase um terço deste contingente (9.000 funcionários) está concentrado na Região Metropolitana de Salvador.

ra. Entre estes, a Jornada de Instrução Militar (JIM)², objeto deste artigo, sobressai como um rito magno de passagem, pois sintetiza o percurso do sujeito civil para sua nova condição identitária, a de oficial da polícia militar.

A Jornada de Instrução Militar (JIM) é vista como um rito revelador da enorme tensão hoje existente na corporação, entre o que se quer reproduzir e o que de fato se reproduz quando da implementação de um novo quadro curricular e de uma nova mentalidade (Linhares de Albuquerque, 1999; Bourdieu, 1992). Foi a própria Corporação que contratou especialistas para a elaboração de um novo currículo³, capaz de dar conta de uma nova fisionomia policial. Paradoxalmente, ela sustenta e celebra ritos que são formas de enfraquecer e boicotar essa mudança.

Tentaremos interpretar a JIM como um momento de grande ambivalência, uma vez que, ainda que se trate de apenas uma atividade extracurricular, assume proporções na transmissão da identidade profissional maiores que o conjunto de disciplinas que compõem o amplo quadro curricular. Nessa perspectiva, a JIM teria a propriedade de inverter e debilitar os conteúdos do novo currículo oficial da Academia, colocando-se claramente na contramão do que a própria polícia denomina de modernização da sua identidade.

Este estudo se fundamenta na observação participante prolongada, efetuada durante dois anos, entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados a 27 aspirantes a oficiais da Academia da PM de Salvador, dentro de um universo de 70 estudantes, que foram alunos de um dos autores do artigo.

2 Apesar das Polícias Militares de alguns Estados, como a Brigada Militar do R.Grande do Sul, terem acabado com esse treinamento, os seus programas de formação conservam muito dos seus princípios.

3 O novo currículo oficial da Academia da Polícia Militar foi elaborado em 1994 e implementado em 1996, como fruto do programa de modernização que se iniciou em 1993.

A Academia da Polícia Militar da Bahia

A maior parte da formação dos aspirantes a oficial da PM baiana ocorre dentro dos muros da Villa Militar, no âmbito da Academia de Polícia Militar (APM), espaço inteiramente reservado para a formação do futuro quadro de oficiais. Pela Academia circula anualmente um número variável de alunos. Em geral, quando a casa conta com duas turmas de 35 alunos para os quatro anos letivos, convivem cerca de 280 estudantes. Estes rapazes e moças, com a idade entre 18 e 24 anos, salvo alguns aspirantes mais velhos, são ali orientados por cerca de 40 professores (as) e instrutores (as), entre civis e militares.

A formação dentro dos muros consta de quatro anos letivos consecutivos, e as aulas se iniciam em março e findam em meados de novembro, com um pequeno intervalo junino de uma semana, no máximo. O currículo se sustenta sobre quatro grandes pilares de disciplinas: 1) as administrativas e organizacionais; 2) as jurídicas; 3) as de educação física e esporte e, finalmente, 4) as disciplinas policiais específicas. Além destas, há um núcleo básico de humanidades e língua portuguesa.

Os três primeiros anos acontecem em regime de semi-internato: o jovem passa de segunda pela manhã a sexta-feira após o almoço, na Academia e o fim de semana com os familiares, caso não tenha recebido alguma punição sacrificando a folga.

Os recrutas são oriundos predominantemente da classe média baixa, residentes, em geral, em bairros próximos de onde se situa a APM, numa área urbana pouco valorizada de Salvador. São jovens que bateram na porta da Academia com o sonho da ascensão social que, de outro modo, não poderiam alcançar, já que suas famílias não dispõem de condições financeiras para custear-lhes estudos, e favorecer, assim, seu ingresso nas vagas disputadas das Universidades públicas do Estado.

Mais de 85% dos ingressos em 1994, por exemplo, vieram de famílias em que nenhum dos progenitores possuía escolaridade universitária. Raro mesmo é encontrar um jovem de família branca e de classe média, com os

dois pais com nível universitário. Aspirantes brancos, provenientes do interior do Estado, encontram-se em igual situação aos candidatos negro-mestiços da capital: socialmente vulneráveis aos desígnios da instituição (May, 1997, p. 85).

Um número pouco expressivo, mas significativo, é o de filhos dos próprios oficiais da polícia militar. Para estes, a formação policial pode não depender do êxito do seu percurso ali, assimilando conhecimentos e técnicas da profissão de policial militar, mas antes da tradicional prática do “peixe”, isto é, favorecimento pessoal, freqüente na instituição policial.

Para uns e outros, a JIM representa o alto preço a ser pago por ingressar na carreira de oficial da polícia militar.

O Currículo da Selva

A JIM constitui-se numa vivência de imersão dos aluno(a)s da Academia num trecho da mata atlântica, próximo ao município de Salvador. São cerca de 70 aspirantes, do 2º ano da academia, que cumprem ali, ao longo de seis dias, sob orientação de dez instrutores oficiais e aproximadamente 15 praças, esta atividade extracurricular marcante em suas vidas. Longe do recinto acadêmico, alojados em barracas, experimentam situações de frustração extremas.

Similar aos treinamentos tradicionais, que conjugam, a um só tempo, técnicas de sobrevivência na selva com velhos ensinamentos antiguerilha, a JIM se processa num ritmo estressante, baseado em táticas que estimulam a ansiedade e o medo, produzindo um estado psicológico de absoluta alerta emocional.

Para criar esta atmosfera, o grupo de aprendizes é dividido em dois subgrupos tornados rivais, dentro da perspectiva conhecida como *mentalidade do inimigo*, estabelecendo um confronto bélico contínuo entre eles. Os jovens, então, experimentam uma simulação didática de enfrentamento, numa seqüência de ações aterrorizadora.

O sigilo ronda as descrições desta jornada. Quem vai nunca pode ir sabendo exatamente o que está por acontecer. Narrativas fabulosas antecipam, em nível imaginário, o medo dos aspirantes. Os recrutas desconfiam naturalmente que não se trata apenas de uma instrução extracurricular. Se fosse uma mera instrução, não seria cercada de névoa e terror. A este propósito, todos os anos vêm à tona os exageros ocorridos na JIM do ano anterior. Esses exageros causam enormes prejuízos a suas vítimas. Assim, a prática aumenta sua fama de treinamento brutal e perigoso, evidenciando, entre outras coisas, os laços de sangue entre a PM e as Forças Armadas (Linhares de Albuquerque, 1999).

A Descoberta da Identidade Selvática

A JIM propicia um encontro forte e pessoal do aluno com uma síntese da identidade PM. A identidade aparece em meio à selva, longe da cidade, mítica, e na liderança dos instrutores. Como para os cadetes do Exército, o maior de todos os elogios entre alunos, na APM, é poder ser chamado de *selvático* ! Gritar para o outro: - *É selva!* Significa que o *selvático* ultrapassou os limites, fez-se herói, guerreiro.

O significante *selva* entrou no imaginário do exército devido ao desejo simbólico de posse da Amazônia, pedaço sagrado da identidade nacional brasileira, ameaçado por suposta invasão estrangeira (Leirner, 1997: 34). Os cadetes do exército são fartos de signos do imaginário amazônico, talvez por uma contraposição ao imaginário dos ícaros, alados, da aeronáutica e dos marítimos, cisnes brancos, da Marinha.

Nesta linha, a identidade de cada força armada contém um elemento básico da natureza: a terra (Exército), a água (Marinha) e o ar (Aeronáutica). Cada elemento detona uma atitude própria, identitária, em cada força armada: os *selváticos* do Exército são ciosos das fronteiras, da unidade territorial, rastejam pelas selvas; os marinheiros seriam homens de portos,

preparados para lidar com o heterogêneo, com os diversos povos e culturas, vestidos de branco, diplomáticos, navegam entre culturas. Aeronautas são eminentemente tecnológicos, precisos e matemáticos. Lidam com engenharias caras e máquinas milionárias, suspensas no céu. E a polícia militar? Qual sua atitude? Qual o seu elemento mítico? (Castro, 1990).

Em alguns países da América Latina, as polícias militares absorveram parte do imaginário do Exército para compor sua própria imagem (Waldman, 1996). Uma expressão disso está na imitação das práticas de instrução observadas pelo exército. Não é à toa que, formadas nesta tradição, essas polícias são tão *selváticas* com os trabalhadores, nas greves, e com os excluídos, nas periferias, ambos tratados como feras da selva.

A identidade, na experiência da JIM, é inculcada na alma e no corpo. A percepção da própria identidade se dá em meio à violência sobre seus corpos e a ultrapassagem dos limites. A JIM é palco de prêmios altíssimos, mas também de punições tremendas. O problema é que para esta identidade da selva emergir ela deva se opor a outra identidade, aquela que o novo currículo tenta, em vão, sustentar entre as grades de disciplinas diversas e os traços idealizados do novo perfil policial.

Um Rito de Militarização

Provenientes do mundo civil e, em alguma medida, influenciados pelo novo perfil propagado da PM, a maioria dos aspirantes pensa que a JIM não constituiu um marco divisório de pertença ao espírito policial porque, afinal, ela não é um exercício próprio da polícia (Tavares dos Santos, 1997), antes, sua metodologia é impregnada de militarismo, como foi colocado por Rodrigo (20 anos):

onde é que eu vou encontrar cipó e rio para cruzar no centro da cidade? Essa mania de mistu-

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237

rar as coisas das forças armadas com as da polícia enche o saco a gente fica perdendo tempo no mato, tomando porrada e morrendo de fome.

Para alguns, a JIM serve mesmo para confundir as culturas policial e militar. Questionam: este procedimento tem sentido para quem vai fazer policiamento nas cidades? Buscando responder esta pergunta, Ângelo (20 anos) fez o seguinte esclarecimento:

talvez, o treinamento na selva se encaixe na vida militar [exército, marinha, aeronáutica], mas não serve como instrução para policiais militares, de modo que em nada ou praticamente nada serviu tendo vista que a polícia, hoje, é uma Polícia Cidadã. E eu não me sinto "mais militar" do que antes da Jornada, ela serviu apenas como um teste de resistência física e emocional, mas a PM também não tem sua própria cultura, aliás a PM tem uma cultura que ela pensa que é exército.

O equívoco central da JIM, para este e outros entrevistados, está na ênfase militarizada e autoritária dos seus procedimentos, opondo-se aos discursos de boa vinda, proferidos nas salas de aula, ao nascimento de uma polícia cidadã. Assim, para Selma (19 anos),

a militarização onipresente da jornada deixa um nó na cabeça da gente, é uma confusão ... uma piração, porque parece que a gente vai servir na guerra, parece que e a gente vai sair para caçar terroristas como nos anos da ditadura. A confusão é porque nestes dois anos de academia

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-239

de polícia a gente ouve tantas frases bonitas de professores dizendo que o novo espírito policial é criar uma relação diferente com a comunidade, estas coisas, e de repente, a polícia cidadã desaparece nos seis dias de JIM.

Este foi o mesmo teor da avaliação feita por Andréa (22 anos) ao afirmar que o que foi passado na JIM não prepara o policial para suas funções específicas:

pois gritar, torturar, jogar gás, “tomar banho” em água contaminada, com certeza não será repassado para as pessoas que utilizam ou necessitam de nossos serviços. O Policial militar não precisa desse contato, precisa sim de uma aproximação da sociedade, dos problemas sociais pois é com esta que o mesmo vai trabalhar. A parte militar cabe ao exército.

A JIM parece pretender resolver a questão identitária e narcísica da polícia militarizada, colidindo frontalmente com o novo currículo. Qual dos dois vencerá esta disputa? Ao que assistimos é que a ideologia democrática do novo currículo vigente sucumbe ao militarismo. As cenas de supressão dos direitos individuais (civis) na jornada confirmam esta supremacia. Daquele vem, embrionariamente, a *mentalidade do inimigo*, na qual o espírito de Marte só se sacia com a guerra, pois há comunistas e subversivos em toda parte e, se estes não existem mais, com o fim do regime autoritário, há uma maldição sobre o cidadão que passa a ser sempre suspeito, bandido, “marginal” e desordeiro.

A Marcação dos Corpos

Ainda que o aluno tenha trabalhado a temática da liderança em disciplinas ligadas à administração, à teoria das organizações, à psicologia social, qual sua concepção de liderança e coordenação de equipes após a JIM? Não há nos depoimentos da JIM nenhuma cena cujo foco recaia sobre o líder consensual, coordenador de processos, com procedimentos democráticos de gestão, todos os aspectos vivamente enfatizados pelo novo currículo.

Os alunos e, também, alguns oficiais que julgam a JIM um festival de treinamentos antiguerrilha, acusam-na justamente pela maneira como transmite um modelo ultrapassado de uso da força. Neste sentido, as críticas dos aspirantes evidenciam as afinidades dos instrutores com procedimentos arbitrários e abusivos:

- *apresentam pouca maturidade psicológica para uma experiência de fortes dimensões emocionais...revelam falta de habilidade... demonstram isso com abusos e arbitrariedades, se vingam ali de rixas antigas (Denilson, 23 anos);*
- *não têm nenhuma transparência nas ações, não comunicam (Jeferson, 22 anos);*
- *procuram afetar o lado psicológico dos alunos, além de exigir o condicionamento físico....decepção com instrutores pela utilização do traquejo...pouco ou nenhum profissionalismo para uma missão daquela (Carolina, 21 anos);*
- *revelam-se arbitrários, são a cara PM mascarada, a verdadeira PM injusta (Raul, 22 anos).*

Diante desses depoimentos, a JIM se revela como uma experiência de intensa submissão aos superiores da organização. O poder absoluto dos

instrutores sobre os alunos lembra a relação dos policiais burocratas com a cidadania esmagada e indefesa (Freire Costa, 1994, p. 13).

Levando em conta que a transmissão de certos códigos identitários se realiza mediante a provocação da dor física (Clastres, 1990), a JIM também busca inscrever seus conteúdos nos corpos dos iniciados. O ciclo de exercícios inclui, portanto, a aquisição de uma marca corpórea que deixe registrada a fúria do rito, conforme Santiago (21 anos): *muitos aqui na sala, agora, estão usando agasalho e não é porque está frio, mas é que conseguiram uma lesão na JIM e escondem a marca.*

Investido de um *status* mágico-sacerdotal, o instrutor inicia os neófitos nas dimensões da identidade policial por meio de rituais apenas aparentemente sádicos, já que o objetivo do *pagamento* ou punição, a repetição de centenas de extenuantes exercícios físicos, não é a mera provocação do sofrimento no corpo do outro.

A Equipe Dirigente (Goffman, 1996), na selva, coloca-se como uma polícia-sem-*pólis* e ensina como reproduzir o modelo de polícia contra a *pólis*. Poderíamos ver nisso um traço de esquizofrenia da corporação cuja missão identitária é *defender-guardar-servir-protoger* e, no entanto, ensina, com aulas práticas, o uso da força contra seus próprios integrantes e o gozo não apenas em ver o outro na dor, mas em vê-lo obedecer (Baremlitt, 1998, p. 49-63).

A finalidade maior seria levar o aprendiz a perceber que a identidade do guerreiro se situa antes da instituição democrática. Trata-se do fenômeno do atravessamento (Guattari, 1990, p. 3-17), quando o núcleo de uma instituição perpassa a essência da outra, pervertendo sua identidade genética e, portanto, o rosto dos seus. É quando a corporação policial, atravessada pela lógica militar, garante fidelidade a este compromisso (Clastres, 1990).

Desconfiamos, portanto, que a JIM ocasiona a dor com esse sentido de punir as instituições democráticas no corpo dos aspirantes. Parece-nos que a tortura dissimulada na JIM deteriora o poder das instituições democráticas, faz o escalpo da *pólis* no couro do aprendiz que se inicia numa lei para a qual não há apelação.

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237

Assim se passou com o grito do jovem Silas (21 anos) que foi atirado no rio, num dos exercícios da jornada, e implorou por misericórdia por não saber nadar, e submergiu nas águas escuras e na lógica despótica daquela trama policial. Silas foi retirado e, a custo, ressuscitado, vomitando água. Inexoravelmente despertou como guerreiro selvático que viu a morte pessoal e experimentou a nulidade da instituição democrática. Ele é agora submisso à lei da selva e, portanto, pode retornar à *pólis*. Na selva, pareceria que o uso excessivo da força se faz natural, instituindo a competição extrema como núcleo das relações de poder. Nesse rito batismal, podemos supor que o jovem Silas cumpriu uma passagem, subjetivamente emergiu na obediência esperada.

As Artes da Submissão

A experiência de submissão ao poder do instrutor se dá sob muitas formas, através de modalidades de castigo que se repetem durante a jornada. O clima de sujeição vai do suspense silencioso ao assalto repentino, segundo Joel (22 anos):

O pior era o clima constante de suspense, o silêncio sobre os treinamentos e as surpresas desagradáveis e de repente a gente tomava traquejo [penitência em forma de exercícios físicos] do Tenente X... ou via ele massacrando colegas.

Ao lado disso, observaram-se cenas de interrogatórios, com agressões psicológicas, espancamentos e mesmo a iniciação na tortura, levando Bernardo, 20 anos, a lembrar que:

era horrível ver a arbitrariedade escancarada dos oficiais da academia, que se aproveitaram

da ocasião para descontar rixas pessoais com determinados alunos...ouvir soldados e sargentos recebendo ordens para bater mais em determinados alunos, os quais o instrutor não gostava, ver oficial empurrando aluno barranco a baixo, em meio aos ferros de sustentação das barracas, sem que nem para que, podendo machucar o aluno gravemente, assistir aos tenentes bater tanto no capacete de um aluno até machucar a cabeça dele e levá-lo ao desmaio.

A experiência imita o suplício que, através do castigo corporal público do violador da lei do mandatário, procura demover os espectadores a cometerem novas violações. Convocados a participar do rito da selva, os iniciado(a)s são obrigados a assumir seu papel desde que começam sua viagem da selva. Assim, para Samuel (22 anos), a JIM começa *quando a gente ainda está no Bonfim, na academia e é empurrado pelos praças prá dentro de um ônibus, no caminho a gente é obrigado a viajar no chão do ônibus de vidros fechados, a gente toda acororado para não ser visto pelos inimigos lá fora.*

Dentro da inquestionabilidade imprimida aos ritos, os oficiais não hesitam em castigar os que problematizam sua validade e condução, de acordo com Bernardo, 20 anos: *O aluno questionador era castigado, ficando sem refeição ou tendo que pagar com exercícios e ainda ficar com fome...os alunos recebiam tratamento desigual dos instrutores que mostravam parcialidade.*

Para um observador revoltado e estarecido diante da exploração regressiva de impulsos primários (Freud, 1977), não é nada razoável pensar que é a própria sociedade que paga por esse estilo de formação dos seus futuros guardas gestores.

Da inquestionabilidade passamos para a irracionalidade presente no treinamento, na qual os recrutas, segundo dois terços dos depoimentos, recebem traquejos ou castigos gratuitos se não cumprem tarefas igualmente

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237

te sem sentido. Isso é o que afirmou Léa (20 anos), para quem:

a condução e realização de tarefas sem sentido, absolutamente irracionais, sermos obrigados a nos deitar na areia quente, sob sol forte, etc. Depois a instrução feita na pista de ação e reação era um festival de sadismo, uma seqüência absurda de castigos, era a lei da porrada onde alguns instrutores e monitores se aproveitam da situação para traquejar [castigar] os alunos.

A experiência da JIM é menos, então, uma instrução técnica e mais uma demonstração do uso excessivo da força (Galbadón, 1996). Sua metodologia põe por terra, paradoxalmente, parte dos conteúdos das disciplinas diluídas no currículo renovado. O currículo oficial, bem ou mal, navega dentro de uma noção de controle social dentro da democracia. Como fica o currículo oficial diante desse currículo da selva?

A Sacralização da Hierarquia

Todos os sujeitos reconheceram que na JIM ocorreram exageros nos castigos, abusos e demonstrações de desequilíbrio por parte dos condutores e, segundo a quase totalidade das testemunhas, perseguições pessoais contra recrutas desafetos dos instrutores.

Em síntese, vivenciaram na própria pele os estereótipos que a “boca do povo” lança sobre a polícia, reconheceram na carne que o que se fala sobre a polícia é fato, sem exageros nem redundâncias (Paes Machado et alli, 1997). Passaram pelo que passam os cidadãos comuns quando empurrados para dentro do “ciclo da justiça”, nos camburões, viaturas, delegacias e cadeias. Sentiram o que é não ter quem os defenda da arbitrariedade dos

superiores.

Refletindo sobre esta pedagogia, um dos entrevistados colocou a necessidade de esquecer urgentemente *aquelas coisas* da JIM, para evitar que elas sejam assimiladas indevidamente por *gente sem maturidade* e aplicadas no público: *imagine só, se a gente aprende lá coisas como espancar pessoas e a gente acha que deve cometer isso por aí, novamente (Lucas, 19 anos).*

Para que tamanha teatralidade da violência? Por que motivos os instrutores encarnam, sem censura, a arbitrariedade e o sadismo? Uma resposta a isso foi dada por Norbert Elias que, num texto sobre as agremiações duelistas da Alemanha, no século XIX, aponta como o adestramento dos seus membros conjugava manifestação de impulsos bárbaros com a aprendizagem de códigos severos de comando e obediência (1997, p. 94).

Trabalhando a noção de gradiente da *formalização-informalização* do comportamento, o autor constata que o alvo explícito do treinamento era a submissão absoluta aos superiores, como parte da aprendizagem do código de conduta da classe alta militar-burocrática alemã (Elias, 1997, p. 94-5). Essa reflexão consolida a interpretação que o ensinamento vigoroso da JIM é o de que o uso da força policial se consolida em pirâmide hierárquica (Elias, 1997, p. 56-59).

A Produção da Eficácia

Entre os estigmas que mais tocam a sensibilidade do oficialato e dos aspirantes a futuros gestores estão os de “inoperantes e ineficazes”. Por isso, a questão da eficácia policial é um dos temas mais pulsantes no ambiente acadêmico. Não foi à toa que o Programa de Modernização da PMBA, conforme nota de pé página anterior, prometeu operar neste sentido, promovendo ações de melhoria, oferecendo métodos de avaliação em eficácia.

Indagados se a JIM poderia ser um fator de aumento de eficácia policial, o grupo se dividiu entre, por um lado, os que concordam em parte

e, por outro, os que discordam totalmente disso. Para os que concordam parcialmente com o treinamento da selva, a principal vantagem deste é que os precipita numa realidade mais próxima da que vão encontrar. Esse é o caso de Joseval (22 anos):

Acho que os instrutores da JIM sacam que a gente sai da academia super despreparados e eles querem dar uma pitada de realidade na simulação da JIM.

Também buscando conciliar os dois currículos, o oficial-explícito e o implícito-da selva, a aspirante Olívia (22 anos) pondera que a eficácia policial não pode ser atingida exclusivamente nem por um, nem por outro: *nem pelas aulas que se arrastam chatas demais no Bonfim [Academia], nem pela correria e humilhação da JIM.*

A aluna alerta que a JIM tenta passar a *idéia de realidade concreta*, em contraposição à *imagem de sociedade idealizada pela APM das aulas teóricas*. Subentenda-se aqui um confronto de currículos: o currículo novo os prepararia para uma instituição abstrata e para servir numa coletividade imaginária; o currículo velho da JIM, em comparação, os prepararia para a eficácia necessária à manutenção da ordem pública.

Discordando totalmente do treinamento como fator de aumento da eficácia, Leandro (22 anos) reitera os argumentos já vistos contra a validade das agressões como recurso pedagógico, finalizando com uma interrogação sobre o papel daquelas na formação do novo policial militar:

Na pista de ação e reação, por exemplo, um monitor espancava sempre o mesmo aluno na cabeça, sobre o capacete, e enquanto batia no aluno repetia, berrando que ele estava ali ensinando o mesmo a ser homem. É na base da

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-239

porrada que nasce o homem ?!

Na mesma linha, o aspirante Clóvis (22 anos) chama atenção para a ultrapassagem dos limites, assim como para a inutilidade e inadequação dos ensinamentos transmitidos pelo treinamento:

A jornada tinha ultrapassado limites e se tornou experiência inútil, marcada pela orientação de oficiais desorientados, despreparados psicologicamente, repetindo táticas de guerrilha rural para futuros oficiais que vão operar em centros urbanos e com outro tipo de pressão social (Clóvis, 22).

Reforçando o coro dos que julgam a JIM um treinamento improvisado e nada instrutivo, Benedito (22 anos) acrescenta que a eficácia policial exige um planejamento que não foi incorporado na instrução:

isso não foi passado no clima de pressa, em razão do clima irracional e do grande esforço físico que houve, não deixando que a parte da eficácia prevalecesse e sim a força bruta, o improvisado e o deus-nos-acuda.

Segundo esse mesmo aspirante, a eficácia resulta de um trabalho policial civilizado, remetendo para a interiorização de valores e atitudes para lidar com o público:

Se a eficácia for, entretanto, a produção de um trabalho de segurança pública melhor e mais civilizado e que respeite a clientela, isso vai depender muito mais da minha firmeza de valores

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237

e propósitos do que da JIM, quando os oficiais deram um show de desrespeitos e tudo mais.

Para Clara, 20 anos, que trouxe a perna engessada como *souvenir* da JIM, o treinamento pouco ou nada contribuiu para a formação profissional dos futuros oficiais pela falta de conteúdos específicos e organização:

Aproveitamos muito pouco algumas instruções (como a de abordagens a edificações e as de tiro), mas não acrescentaram nada para gente em termos de eficácia com agentes químicos, patrulhamento, contenção de massa, controle de assalto a ônibus e tempo tinha e muito, mas se perdeu e foi mau aproveitado pelo fato dos instrutores estarem mais preocupados com o traquejo [pirraça, castigo] do que em instruir. Para mim eficácia está relacionada com objetivos e a JIM não consegue transmitir a idéia de eficácia porque ela é uma bagunça...

Este depoimento nega por completo a validade da JIM na melhoria do trabalho policial, mas confirma o êxito da jornada como rito de passagem. O gesso em sua perna quebrada materializa essa passagem. A eficácia da JIM se dá num nível simbólico em que instrutores, por meio de suas lições, inculcam nos aprendizes a disposição para obedecer.

A Cicatrização dos Traumas

Uma feijoada patética, com a presença dos pais dos alunos, comemora o final da jornada, após seis dias de “puro inferno”. As fotografias que uma aluna (Flávia, 21anos) nos apresentou, continham imagens deste al-

moço no qual ela aparece cabisbaixa, aparentemente deprimida, ladeada pelo pai e pela mãe, os três rostos voltados para o chão. Todos se acham num barracão tosco de madeira, a mata ao fundo. O trio está sentado ante uma mesa de madeira crua, com a comida da festa. Mas não há festa. O que aconteceu com eles naqueles seis dias intensos que parece impossível celebrar festivamente, ao lado dos pais? Que campeonato houve para que não queiram louros nem medalhas? Por que nem a presença dos pais os retira da melancolia de quem viu algo terrível?

As repercussões psicológicas da jornada não interessam à Academia, mesmo porque esta não dispõe de um referencial psicopedagógico para elaborá-las. De volta ao velho espaço e sua geometria, os alunos demonstravam sinais de exaustão e mal-estar. Sentiam o enorme contraste entre a insossa trama escolar e a fartura de estímulos radicais das experiências de alto impacto emocional levadas na selva. Além do mais, a selva oportunizara a imersão em uma outra espacialidade, albergara-os num quartel sem muros, que, de alguma maneira, havia mexido na hierarquização psicológica imposta pelos costumeiros muros e espaços da Academia (Foucault, 1979). Entre árvores e lama e a *overdose* de despotismo da Equipe Dirigente muitas posições foram renegociadas.

O retorno exigia deles uma nova "sociometria", uma revisão da teia de relações interpessoais à luz dos fatos vividos, já que, para alguns sujeitos, a selva tinha sido uma ocasião bem-aventurada de demonstrar habilidades e ver fracassarem os que *sempre andam se dando bem*, no espaço da academia.

Alunos negros, por exemplo, encontraram nas lides da selva uma chance de superação de colegas brancos, em geral os de melhores classificações nas matérias acadêmicas. Mulheres que superaram os colegas homens, machões, na odisséia da JIM trazem na bagagem significados distintos da jornada. Uma aluna negra superou, numa das tarefas extenuantes da JIM, seus colegas, entre os quais se incluíam *vários machões racistas que nunca mais me trataram como antes* (Tânia, 21 anos).

Da mesma maneira, alunos aparentados com figuras ilustres da pró-

pria corporação foram preservados, dentro da chamada *lei do peixe* ou favorecimento pessoal, de castigos mais drásticos, mas na JIM *isto ficou mais chocante* (Eleandro, 21). A visibilidade das *peixadas* tirou o mérito das conquistas desses alunos, que retornaram envergonhados.

Tais interpretações testemunham o esforço dos alunos por compensar frustração, aniquilamento e dor com a lógica do mérito pelo sacrifício. Mesmo os aspirantes mais críticos terminam, de algum modo, por justificar a prática na selva com assertivas concordistas. “Justificar”, no sentido literal, implica estabelecer uma “justiça” e uma “medida”. Essa *justiça* chancela até os excessos, vistos como condutas acidentais, já que os pequenos ganhos compensam as feridas provocadas pelo treinamento militar.

O rito iniciático opera, assim, como um texto de absolutos, onde nada se perde e tudo se aproveita. Há uma prepotência nesta liturgia que será, mais tarde, confirmada na atitude de oficiais de polícia que não dão a mínima aos reclamos dos subordinados e cidadãos. Afinal de contas, eles apreenderam que alguma violência pode compensar a sociedade em termos de segurança.

Conclusão

A Jornada de Instrução Militar se inclui dentro de um leque de experiências psicossociais patrocinadas pela instituição que promete, através da mortificação física e moral do eu, espírito de corpo, força e lugar. Ela se desenvolve, como vimos, dentro de um espaço-tempo marcado pela densidade de significados e intensidade de conteúdos e se utiliza de uma dramaturgia na qual emerge, com ferocidade, a fenomenologia da violência sobre o corpo do iniciado.

Os conteúdos vividos na JIM tanto podem opor-se aos propostos no currículo oficial como, algumas vezes, podem complementá-los. Opõem-se porque a própria corporação se recusa a acreditar na capacidade de o

novo currículo formar oficiais à sua imagem e semelhança. Complementam porque qualificam e aprofundam traços dessa imagem, reforçando aspectos desejados que o currículo novo não equaciona. Em todo caso, o que está em jogo sempre é a inquestionabilidade da imagem militarizada do policial e a necessidade de nutri-la.

Em outros termos, a JIM é um meio de desautorizar a emergência do traço modernizador na cena acadêmica, constituindo-se numa espécie de currículo rival, disposto a fagocitar o novo e corroer a implementação de modalidades renovadas de formação policial.

Tal influência da JIM, rito iniciático feroz, decorre de ela celebrar o que há de mais essencial na organização. Como experiência radical e traumática ela marca mais por ser uma experiência desumanizadora em que o ímpeto para sobreviver anula a autonomia moral dos sujeitos a ela submetidos. Ela suscita, no entanto, entre os sujeitos participantes, ambivalências entre a condenação e a aprovação.

O mandamento predominante da JIM, segundo uma das vozes de condenação, é este: *quem tem a força pode tudo*. Assim, a postura violenta que o novo currículo oficial escamoteia em ementas democráticas, o rito afirma claramente: o homem policial, abrindo-se o livro da Gênese, *nasce na base da porrada*.

Na outra margem da ambivalência, os aspirantes acabam dandos-se conta de que o paradigma da JIM traduz precisamente o espírito da Corporação na qual desejam permanecer. Esse paradigma depende do cultivo da alma selvática, a alma do guerreiro apto a obedecer incondicionalmente ou a se ajustar à hierarquia ritualística que rege a corporação.

Ainda como parte disso, o recruta traz na bagagem a lição de que ele não pode assimilar o controle social característico de uma sociedade democrática porque esta ainda é, dada a herança autoritária e as diferenças gritantes, imaginária entre nós. Carrega, antes, a idéia clara de que o currículo vigoroso dos ritos comporta verbos de ação que controlam, de fato, os sujeitos reais dentro e fora da polícia.

Nas circunstâncias atuais, de aumento das pressões, externas e internas, por reforma das organizações policiais, chegou o momento de estas não somente reformularem seus programas formais de ensino, como aconteceu na Bahia e está ocorrendo mais profundamente em outros Estados brasileiros (SJSP-RGS, 2001), como de modificarem suas culturas (e ritos) organizacionais.

Ou seja, diante da encruzilhada em que estão as polícias, de reproduzirem práticas condenadas (e ineficientes) ou se democratizarem (e profissionalizarem) para o exercício das suas funções, as organizações vão ter que perder o medo de se descaracterizarem. Como não há nenhuma receita pronta para isso, o caminho é a reinvenção da cultura policial com todas as incertezas que isso implica, em especial, a incerteza de que o caminho é feito, como diria o poeta, pelos próprios caminhantes no seu andar, no caso os policiais militares e civis.

Referências bibliográficas

BAREMBLITT, Gregório. Introdução à esquizoanálise. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 1998.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. 1992.

CASTRO, Celso. O espírito militar. Um estudo antropológico na Academia militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-239

ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. Standard Edition. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GABALDÓN, L. G. *La policía y el uso de la fuerza física en Venezuela*. In: Justicia en la calle; ensayos sobre la policía en América Latina. Medellín: Biblioteca Jurídica, 1996. 269-281.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

LEIRNER, Piero de Camargo. Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. São Paulo: FGV/FAPESP, 1997.

LINHARES DE ALBUQUERQUER, C. F. Escola de Bravos. Cotidiano e currículo em uma Academia de Polícia Militar. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado. UFBA. 1999.

MAY, L. *Socialization and institutional evil*. In: Hannah Arendt; twenty years later. Cambridge: MIT Press. 1997, p. 83-105.

PAES MACHADO, E., NORONHA, C.V., CARDOSO, F. *No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador*. Afro-Ásia, 19/20:201-226.

RIVIÈRE, Claude. Os ritos profanos. Petrópolis: Vozes, 1996.

SJSP-RGS. Polícia e sociedade democrática: desafios para o século XXI. In: Anais do Seminário Internacional. Porto Alegre: 2001.

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997.

VAN GENNEP, A. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.

WALDMAN, P. *Introdução*. Justicia en la calle: ensayos sobre la policía en América Latina. Medellín: Biblioteca Jurídica. 1996, p.17-27.

Resumo

Este artigo investiga, através da observação direta e entrevistas com 27 aspirantes, entre um universo de 70 alunos, uma das atividades de formação de jovens oficiais da Academia da Polícia Militar da Bahia. Trata-se da Jornada de Instrução Militar (JIM), desenvolvida na selva, que se constitui num momento de extraordinária repercussão para educandos e educadores. Através da mortificação do eu e da submissão, a equipe dirigente celebra a passagem do sujeito civil à sua nova condição de oficial da polícia militar. Os conteúdos vividos se opõem e complementam o novo programa de formação de oficiais porque: (1) a corporação se recusa a acreditar na capacidade formadora deste programa renovado; (2) o treinamento na selva preenche definições quanto ao uso da força, que não foram especificadas pelos regulamentos e programas de ensino policiais; (3) a instrução se apresenta como um rito de pertencimento a uma polícia, cuja gestão do uso da força mantém características fortemente hierárquicas, centralizadas e autoritárias. O rito/treinamento da selva revela os impasses da assimilação do controle social democrático e a necessidade de debater o papel da cultura policial na transformação ou reprodução das organizações policiais.

Palavras-chave: polícia; modernização; ensino; ritos institucionais.